

Senado votou 28 matérias em apenas uma semana

Regulamentação de bancos de olhos, anistia para petroleiros e apreciação de pareceres em comissões foram alguns dos resultados apresentados pela Casa na semana passada



Bernardo Cabral



Valadares

Cabral e Valadares condenam tentativa de desmoralizar Congresso

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou que algumas notícias "de má-fé" publicadas pelos jornais parecem "ter o objetivo de desmoralizar o Legislativo". Ele fez o comentário ao contestar nota publicada no *Jornal do Brasil* pela colunista Danuza Leão, a qual afirmou que na quinta-feira (dia 28) o Senado não teve sessão pela manhã e à tarde "tratou de assuntos sem qualquer importância". Ele lembrou que as sessões do plenário são realizadas sempre à tarde, uma vez que as manhãs são destinadas às reuniões das comissões.

- Tive o cuidado de pedir um levantamento. Só nesta semana o Senado discutiu e votou 28 projetos - disse.

Na quinta-feira, o plenário aprovou seis projetos, entre eles a anistia para os sindicatos de petroleiros. A Comissão de Assuntos Econômicos ouviu o depoimento do ex-governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury sobre o Banespa.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também condenou a nota da colunista. Para ele, "um Legislativo fraco significa uma imprensa fraca, como aconteceu no regime ditatorial, quando a imprensa era censurada".

No espaço de uma semana - de 25 a 29 de março - o plenário do Senado votou um total de 28 matérias, sendo 23 aprovadas, cinco rejeitadas e uma arquivada. Durante o mesmo período, nas comissões permanentes, os senadores apreciaram 53 pareceres, entre outras matérias. Também foram instaladas quatro comissões mistas e uma especial.

Entre as proposições aprovadas estão a concessão de anistia para as multas aplicadas pelo Tribunal Superior do Trabalho, beneficiando as entidades sindicais envolvidas na greve dos petroleiros, e a regulamentação do funcionamento dos bancos de olhos.

O trabalho do plenário na semana passada desenvolveu-se ao longo de seis sessões, tendo sido realizadas duas na ter-

ça-feira, com 20 itens na pauta. As sessões da segunda e sexta-feira, de caráter não-deliberativo, registraram, além de pronunciamentos dos senadores, a tramitação de matérias importantes, como a leitura do relatório final das comissões que apreciaram o projeto Sivism.

COMISSÕES

Apenas uma das seis comissões permanentes do Senado não se reuniu durante a semana. Instalaram-se quatro comissões mistas, para dar parecer sobre mensagens presidenciais, e uma Comissão Especial do Senado, que levantará as alternativas de criação de corredores de exportação ligando o Brasil-Central ao Pacífico. Foram realizadas seis exposições e audiências públicas de autoridades.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 25 a 29 de março de 1996)

Matérias aprovadas:

Projetos aprovados e enviados à promulgação	6
- Acordos internacionais.....	3
- Operações de crédito.....	3
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....	6
- Projetos de lei apreciados em plenário.....	5
- Projeto de lei apreciado nas comissões em decisão terminativa.....	1
Projetos de lei aprovados e enviados à sanção.....	5
Requerimentos aprovados pelo plenário.....	6
Total de matérias aprovadas.....	23

Matérias rejeitadas e arquivadas:

Projetos de lei	4
Requerimento ao plenário.....	1
Total de matérias rejeitadas e arquivadas.....	5
Total de proposições apreciadas.....	28

Valmir quer presidios privatizados

Página 4

Senadores cobram apoio à microempresa

Página 2

Tebet: apoio à microempresa demora

Senador faz apelo ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central para que as medidas em favor das pequenas e médias empresas sejam efetivamente aplicadas



Ademir Andrade

Ademir pede apoio à região de Tapajós

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou sexta-feira que o Vale do Tapajós vive uma situação crítica, e fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de solucionar os problemas da região que, conforme disse, está sofrendo pela falta absoluta de infraestrutura nas áreas de educação, saúde e agropecuária. Ademir anunciou que está enviando aos ministros destas três pastas o dossiê "SOS Tapajós" e espera que façam uma leitura atenta.

Lembrando os esforços da bancada paraense para repor e ampliar os recursos em favor do Pará, o senador disse que o presidente da República esqueceu seus compromissos com aquele estado no Orçamento deste ano. "É lamentável que os seis municípios da região estejam abandonados pelas autoridades, que não se sensibilizam com as riquezas minerais existentes em seus territórios", enfatizou.

Ao registrar sua recente visita ao Tapajós, Ademir Andrade destacou que pôde constatar "o excelente trabalho de organização e de luta desenvolvido pelas lideranças comunitárias locais".

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou sexta-feira ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central para que as medidas anunciadas em favor da renegociação das dívidas das pequenas e médias empresas sejam efetivamente aplicadas. Ele afirmou que providências adotadas pelo Legislativo e pelo Executivo têm demorado a ser executadas.

- Essas medidas não estão chegando rapidamente às agências bancárias. No caso das normas para o setor agrícola, quando o agricultor chega no banco para fazer a securitização de sua dívida, encontra mil e um embaraços - dis-

se.

Ramez Tebet elogiou o governo pelo fato de sensibilizar-se com as apreensões da classe média, observando que a decisão do Conselho Monetário Nacional em favor da renegociação das dívidas dos pequenos e médios empresários "é apenas um primeiro passo para tirar a classe do sufoco".

Assinalando que o BNDES vai proporcionar capital de giro para que essas empresas



Ramez Tebet cobra solução

to", afirmou.

Na opinião do senador, as medidas do Conselho Monetário Nacional devem ser aplaudidas, mas não são suficientes. "Torçamos para que venha o capital de giro", acrescentou.

Benedita reclama incentivos para micros

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu sexta-feira a adoção de políticas incentivadoras e um tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas do país. A senadora, que elogiou

o trabalho desenvolvido pelo Sebrae (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa), disse que vai lutar pela simplificação das exigências hoje impostas a quem deseja estabelecer uma empresa.

Conforme Benedita da Silva, quem registrar uma empresa no Brasil tem que se preparar para uma verdadeira corrida de obstáculos, "pois são exigidos mais de 42 documentos, inclusive atestado de bons antecedentes". Ressaltou que o pequeno empresário tem que esperar mais de um mês apenas para conseguir um registro na Junta Comercial. "De posse do alvará", acrescentou Benedita,



Benedita apoiou trabalho do Sebrae

"terá ainda que enfrentar a dura realidade de não contar com linhas especiais de crédito e nenhum apoio dos governos".

DIFICULDADES

Enquanto o pequeno empreendedor nos Estados Unidos resolve a situação em apenas duas horas, e na Venezuela ele precisa somente de um dia, explicou Benedita, o empresário brasileiro se defronta com cinco problemas: "falta de informação, exigências burocráticas, elevada carga tributária, dificuldades de crédito e falta de compras governamentais para fortalecer o setor".

A senadora disse ter visita-

do esta semana o Sebrae do Rio de Janeiro, conhecendo seus programas de apoio à pequena e microempresa.

POTENCIALIDADES

"Confesso que fiquei impressionada com os avanços já conseguidos, mas principalmente com as potencialidades de desenvolvimento desse importante setor econômico", assinalou, acrescentando que, com a colaboração de prefeituras fluminenses, o Sebrae/RJ já conseguiu adotar, em 41 municípios do Rio de Janeiro, tratamento diferenciado para pequenos e micro empresários.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também defendeu o tratamento diferenciado para pequenas e micro empresas.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

João Rocha: Juros colocam Plano Real em risco

Embora reconhecendo o sucesso do programa de estabilização, senador defende ajuste nas taxas cobradas pelo mercado, que correspondem a 10 vezes a média internacional



Waldeck Ornelas

Waldeck condena ataques a Romero Jucá

O senador Waldeck Ornelas (BA), falando pela liderança do PFL, solidarizou-se sexta-feira com o senador Romero Jucá (PFL-RR), que, conforme afirmou, vem sendo citado em documento que circula nos gabinetes como político que nunca teria levado benefícios ao seu estado. Segundo Ornelas, Jucá tem exercido o seu mandato com eficiência e dedicação.

Ornelas lembrou, a propósito, que foi aprovado em uma comissão da Casa, em caráter terminativo, projeto de autoria do senador por Roraima dispoendo sobre exploração mineral em área indígena. "Só isso bastaria para demonstrar a importância do trabalho do Jucá, particularmente em relação ao estado de Roraima, que tem a maior parte do seu território considerada como terra indígena", disse.

"No ano passado, a taxa interna de juros situou-se num patamar de 30% ao ano em termos reais, ou dez vezes a taxa média interna-

cional", advertiu sexta-feira o senador João Rocha (PFL-TO), ao afirmar que, embora admitindo o sucesso do Plano Real no combate à inflação, acredita que o programa de estabilização necessita de ajustes urgentes nas taxas de juros e no câmbio.



João Rocha: ajuste nos juros

sando o equilíbrio da balança comercial. A questão dos juros, entretanto, continua preocupando João Rocha, para quem as elevadas taxas representam "o sepulcro das energias produtivas de muitos brasileiros, que, não suportando o custo financeiro de seus negó-

cios, acabam falindo".

João Rocha mencionou o caso das pequenas e médias empresas, "que vêm enfrentando sérias dificuldades com as taxas atualmente praticadas pelo governo". Além disso, observou o senador, o objetivo da política econômica deve ser a produção e para preservá-la o governo deve promover o ajuste fiscal e o controle de capitais estrangeiros voláteis, "problema que, acredito, o presidente da República terá presente em atacar, direcionando o país para um novo ciclo de crescimento econômico", acrescentou.

Arruda destaca queda recorde da inflação

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-líder do governo, anunciou, na última sexta-feira, que a taxa de inflação que está sendo projetada para março é a menor desde julho do ano passado. O senador registrou que o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) é o menor verificado nos últimos dez anos: 0,38%, representando uma queda de 0,04% com relação ao divulgado no mês anterior.

Arruda lembrou que há 10 anos, quando estava em pleno vigor o controle e tabelamento rígido de preços, é que foi registrado índice parecido. Arruda esclareceu que agora as condições são outras e a queda recorde de inflação está sendo obtida em clima de plena liberdade de mercado.

Acrescentou o senador ter



Arruda: inflação em queda

o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o custo de vida este ano não deve ultrapassar os 15%. Para Arruda, a estabilidade

econômica trará o crescimento econômico e a queda das taxas de juros, classificada por ele como "âncora provisória", mas necessária para a correção de rumos na economia nacional. "Todos nós brasileiros estamos felizes com o Plano Real", afirmou.

REFORMAS

No entender do senador Arruda "não há outro caminho que leve ao crescimento econômico, que não o fim do déficit público e a imediata execução da reforma fiscal. Na sua opinião, assumindo tal princípio como verdadeiro, o Congresso Nacional e o Senado Federal poderão ajudar melhor o país. "Não há saída milagrosa", constatou,

Valadares confia no Supremo para reinstalar CPI

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou sua confiança na reinstalação da CPI do Bancos, em decorrência do mandado de segurança impetrado na última quinta-feira no Supremo Tribunal Federal.

De acordo com Antonio Carlos Valadares, a contestação, através do Judiciário, de decisões tomadas pelo Legislativo, inclusive pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado, está prevista na Constituição Federal e mereceu análise detalhada por parte do jurista Hely Lopes Meirelles, em livro sobre o instituto do mandado de segurança, recém-reeditado.

O senador enfatizou que a criação e instalação da CPI dos Bancos cumpriu todas as normas legais e regimentais do Senado, sendo portanto "um ato jurídico perfeito".

Valmir Campelo propõe privatização de presídios

Medida, que senador considera como solução para a falência do sistema penitenciário, seria restrita a presos de bom comportamento e poderia reduzir o custo de manutenção dos estabelecimentos

Quintanilha: Tocantins luta para reduzir injustiça

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) destacou sexta-feira a luta que o estado de Tocantins desenvolve para vencer as dificuldades e libertar a população das injustiças. Disse que seu estado cansou de ser campeão de mortalidade infantil e recordista em nível de desemprego. Para ele, Tocantins deve assumir, como vocação natural, o setor primário, organiza-



Quintanilha

do a economia com a concentração de recursos na exploração da agricultura, pecuária, pesca e atividade

forestal. Quintanilha vê o turismo ecológico como área de grande potencial para o Tocantins, estado que detém o privilégio de ter duas das maiores bacias hidrográficas do País: Araguaia e Tocantins. Argumentando que o turismo é a indústria que mais cresce no mundo, disse ser bastante promissora a possibilidade de excursões turísticas tendo o índio como guia: "Quem melhor que o indígena para descrever as árvores das florestas e conduzir os visitantes pelas curvas dos rios?", indagou.



Valmir: proposta inspirada nas soluções francesa e americana

Cabral quer tombamento de cidade histórica no AM

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou sexta-feira que vai pedir ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o tombamento da cidade amazônica de Airão, situada às margens do rio Negro, a 250 km de Manaus. Segundo afirmou, o povoamento foi fundado em 1658, sendo mais antigo, por exemplo, que Ouro Preto, em Minas Gerais.

Isolados pela própria floresta há duas décadas e meia, os exemplares arquitetônicos e os vestígios arqueológicos de Airão, ou Velho Airão, de acordo com o senador, encontram-se em situação extremamente precária e sua recuperação exige grande investimento. O tombamento, conforme Cabral, é a providência mais urgente e de efeitos mais

duradouros.

Bernardo Cabral anunciou que vai apresentar um projeto de recuperação da cidade de Airão, a partir da colaboração de empresas privadas. Ele disse, a propósito, que o setor privado tem experimentado, de maneira ainda muito incipiente, as vantagens do marketing cultural, que já se tornou uma tendência mundial quando se trata de proteção do patrimônio histórico e artístico.

Cabral disse também ter encaminhado expediente à Embratur sugerindo a inclusão da cidade de Airão nos roteiros do ecoturismo. Em apartes, ele recebeu o apoio dos senadores Eptácio Cafeteira (PPB-MA), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Valmir Campelo.

A privatização de presídios foi proposta sexta-feira pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF) como solução para a "falência" do sistema penitenciário brasileiro. Ele citou a rebelião de presos que está ocorrendo nos arredores de Goiânia - onde os detentos se "revoltaram contra as péssimas condições de vida no presídio" - como um fato que se tornou corriqueiro no país.

O projeto de Valmir faculta aos estados e ao Distrito Federal outorgarem à iniciativa privada a construção ou instalação de presídios, bem como a execução de sentenças penais condenatórias, mantendo-se a competência do Poder Judiciário e dos juízes de execução.

Os presídios explorados pela iniciativa privada, de acordo com o projeto, seriam destinados aos sentenciados que manifestem ausência de periculosidade, com penas inferiores a cinco anos, a critério dos juízes de execução penal.

O projeto determina que essas prisões privadas ofereçam aos internos trabalho remunerado, formação intelectual e profissional, assistência à saúde, além de atividades de lazer e entretenimento. É inspirado, segundo o senador, em experiências bem sucedidas na França e nos Estados Unidos, onde o custo de um preso, por dia, não ultrapassa 25 dólares, bastante inferior ao custo verificado nas prisões brasileiras.

Segundo Valmir, os custos de manutenção dos presos serão substancialmente menores do que os atuais.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima e Domingos Mourão Neto

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do

Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal